



## **A TERCEIRIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS BRASILEIRAS PARA AS ELITES E SEUS IMPACTOS**

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4199

Johny Henrique Magalhães Casado, UEM  
Kátia Rodrigues Montalvão Paías, UNOESTE

### **Resumo**

O processo da globalização de capitais, mercadorias e serviços tem impactado a forma com que os Estados se posicionam nos assuntos pertinentes as relações internacionais. A necessidade de acessar novos mercados, aliadas as antigas demandas como segurança, soberania, poder político e influência, faz com que estudos sejam realizados buscando diferentes óticas sobre o assunto. Nesse trabalho buscou-se apresentar uma análise do fenômeno globalização sob a ótica da teoria institucional, tratou-se também de através de breve análise bibliográfica exemplificar os impactos negativos que preterir as relações internacionais ao simples interesse das elites pode trazer para os países e para isso, utilizou-se o caso brasileiro como exemplo. A presente pesquisa possui caráter qualitativa em sua essência, possuindo como método o levantamento bibliográfico. Como principal conclusão desse artigo destaque para a necessidade de romper a tradição colonial de subserviência, o Brasil e demais paises da América Latina devem buscar o protagonismo que lhe é de direito, somente assim se atingirá um desenvolvimento pleno com distribuição de renda, melhora nos indicadores sociais, e principalmente respeito a cultura do povo Latino Americano. Os países devem formular e atuar perante sua política externa com autonomia interna e externa, não se deve terceirizar a escolha da pauta internacional nem mesmo a parcela da população mais rica e elitizada, a soberania de uma nação passa obrigatoriedade por sua independência internacional.

### **Palavras Chave:**

Globalização; Relações Internacionais; Teoria Institucional; América Latina.

## **Introdução**

Os processos de globalização aparecem com destaque nas discussões e produções acadêmicas nas últimas décadas, eles se associam a múltiplos fenômenos nas relações internacionais e geram diferentes impactos nas áreas da economia, finanças, tecnologia, comunicação e gestão organizacional.

A saturação dos mercados consumidores das potências econômicas, principalmente as europeias e dos Estados Unidos ocorrida na década de 1970 fez com que as empresas instaladas nesses países se voltassem para as economias emergentes, que apresentavam um mercado consumidor atraente como alternativa para o escoamento de sua produção.

Contudo as mudanças são rápidas, algumas empresas não conseguem acompanhar o novo ritmo e “quebram” ou demitem por serem surpreendidas por concorrentes que produzem melhor e mais barato. O processo de globalização da economia e todas as suas consequências, por muitas vezes drásticas, produzem efeitos devastadores, que são especialmente marcantes para as pequenas empresas (CASAROTTO; PIRES, 1999).

Por outro lado, as empresas instaladas em países em desenvolvimento precisavam então se desenvolver para competir com as suas novas concorrentes globais. Conforme Bartoto et al (2007):

Ao caracterizarmos a globalização como um fenômeno, esta deve ser entendida como obra humana, e como resultado de vários processos políticos e econômicos, tornando-se cada vez mais uma forma de organização e condução da sociedade humana. Particularmente no âmbito econômico, se constituem em novas estruturas entrelaçadas de tal maneira que tornam os países interdependentes. Desempenham um papel fundamental nesta integração as

corporações transnacionais e as organizações multilaterais, tais como: a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) (BARTOTO et al., 2007; p.180).

A concorrência acirrada imposta às empresas exige delas a compreensão desses novos fenômenos para explorarem adequadamente a globalização. As relações internacionais ganham ainda mais importância nas discussões internas de qualquer país, a necessidade de se estabelecer um mercado consumidor para suas exportações, também de buscar fornecedores de matéria-prima e tecnologia, bem como de influenciar tomadas de decisões de outros Estados passa a ser objetivo de constante interesse na gestão política e econômica de qualquer economia.

A formação de blocos comerciais, estabelecimento de acordos comerciais e participação em organismos internacionais são os mecanismos utilizados pelas relações internacionais visando a inserção e aumento da influência de um dado país em relação aos demais.

Nesse artigo pretende-se estabelecer um breve levantamento teórico sobre as relações internacionais sob a ótica da teoria institucional. Como pano de fundo para apresentar essas teorias será utilizado o MERCOSUL como catalisador do processo de inserção de empresas no mercado internacional, focalizando principalmente o comércio intrabloco.

## **Relações Internacionais: poder político e soberania**

As relações internacionais são comumente associadas nas discussões sobre conflitos, guerra, paz, influência e projeção, sendo assim, o papel de cada Estado e conseqüentemente seu poder político acaba norteando as decisões tomadas em âmbito internacional. O conceito de poder político pode ser

dividido em três categorias na esfera internacional:

- a) poder militar, b) poder econômico, c) poder sobre a opinião (...) estas três categorias são bastantes interdependentes; e embora sejam separáveis teoricamente, é difícil, na prática imaginar um país que, por algum período de tempo, possua algum tipo de poder isolado dos outros. Em sua essência, o poder é um todo indivisível (CARR, 2001; p. 143).

Considerando os tipos de poder existentes nas interações entre Estados, faz-se necessário conceituar as relações internacionais sob o ponto de vista aqui evocado. Segundo BULL (2002; p. 13) “O ponto de partida das relações internacionais é a existência de *estados*, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana”.

Em se tratando das relações internacionais é importante frisar também o conceito de soberania, para CARR (2001; p. 295) ele “deve tornar-se, no futuro, ainda mais obscuro e indistinto do que é atualmente. O termo foi inventado, após a ruptura do sistema medieval, para descrever o caráter independente da autoridade reivindicada e exercida pelos estados que não mais reconheciam sequer a supremacia formal do Império”. O significado de soberania passou por ressignificações na visão de MORGENTHAU (2003; p.567-8):

A ideia moderna de soberania foi formulada pela primeira vez na segunda metade do século XVI, e aplicada ao então novo fenômeno do Estado territorial. Ela se referia em termos legais ao fato político fundamental daquela era – o aparecimento de um poder centralizado que exercia a sua

autoridade de legislar e fazer cumprir as suas leis no âmbito de um certo território. (...) No final da Guerra dos Trinta Anos, a soberania, entendida como o poder supremo sobre um determinado território, já constituía um fato político. (...) A doutrina da soberania, que conservou a sua importância ao longo do período moderno da história, concedeu ao Estado democrático nacional, com a concepção da soberania popular, uma poderosa arma política.

O conceito de soberania que mais se adequa ao pretendido nesse artigo é o descrito por BULL (2002; p. 13) onde há a divisão do conceito em interno e externo, no primeiro a “soberania interna” refere-se a supremacia que os estados gozam sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população. Em se tratando do segundo, a “soberania externa” que consiste não na supremacia, mas na independência com respeito às autoridades externas. Ambos os conceitos são complementares, um não pode existir sem o outro, eles coexistem no nível normativo e factual, “os estados não só afirmam a sua soberania interna e externa como na prática exercem efetivamente, em graus variados, essa supremacia interna e independência externa.

O Estado dotado dos três tipos de poder político que lhe é característico, garantindo por intermédio do uso desses poderes sua soberania “interna e externa” participa do Sistema Internacional que é definido como “o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantem relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças” (ARON, 2002; p. 153).

## Teoria Institucional

A teoria institucional é

amplamente utilizada para descrever e comparar diferentes fenômenos sociais, o processo de institucionalização ocorre quando uma prática ou organização se torna estabelecida e conhecida, senão universalmente aceita, assim essa prática pode ser comparada e estudada de acordo com padrões previamente conhecidos. “Quando uma prática ou organização se institucionaliza, os atores desenvolvem expectativas, orientações e comportamentos baseados na premissa de que essa prática ou organização se manterá no futuro. Nesse caso, as expectativas de cada ator sobre o comportamento dos demais são claras e estáveis” (BOTELHO, 2014; p. 232).

No final da década de 40, de acordo com Tolbert e Zuckert (1999), com a publicação de trabalhos liderados por Merton e seu grupo que as organizações passaram a ser consideradas como fenômenos sociais distintos, esses estudos ampliaram ainda mais os estudos organizacionais sob as diferentes ópticas existentes.

Para Almeida (2013, p. 24) as organizações planejam suas ações estruturais e estratégicas relacionadas às características do contexto institucional:

“As organizações planejam suas ações estruturais e estratégicas relacionadas às características do contexto institucional em busca de sua legitimação e aceitação social, o que significa que estas podem aumentar sua probabilidade de sobrevivência no ambiente, independentemente da eficiência imediata de seus procedimentos e práticas (...) o condicionamento deste processo à lógica da conformidade, no que se refere às normas socialmente aceitas, se dá pela incorporação de um sistema de conhecimento desenvolvido ao longo da interação social. Tais aspectos constituem os parâmetros para a concepção de realidade e para a ação dos atores sociais”.

Para Boff, Beuren e Guerreiro

(2008, p. 154), “considera que o comportamento do indivíduo é modelado por padrões criados e compartilhados entre os demais indivíduos, por meio da interação do indivíduo-grupo e do grupo-indivíduo. Tais padrões tendem a ser legitimados pela organização, em forma de normas e regras”. Essa legitimação para Carneiro (2013, p. 72) pode “decorrer das atividades da associação, desenvolveram novas rotinas e hábitos na gestão organizacional com a necessidade de maior sistematização de informações e rotinas de controle”.

A variedade e quantidade das organizações influencia também fortemente no processo de institucionalização, ou seja, uma maior variedade de organizações permite oferecer evidências da efetividade de estruturas, assim seria possível observar um maior grau de institucionalização como afirmam Tolbert e Zucker (1999). Essa reflexão é completada por Hodgson (2000 apud SOUZA, 2015) quando ele afirma que o institucionalismo refere-se às instituições, hábitos, regras e sua evolução. Por isso procura compreender por que as organizações seguem algumas formas semelhantes de comportamento (homogeneidade), ao invés de diferenciação.

O ambiente sob o ponto de vista da teoria institucional passa a ser dividido em duas facetas, sendo o primeiro o ambiente técnico pautado pela lógica da eficiência sobre as estruturas organizacionais e o processo de trabalho na produção de bens ou serviços, aliados a persecução de seus objetivos (MEYER; SCOTT; DEAL, 1992). O segundo ambiente é o institucional onde se considera que a ação racional está representada nos procedimentos capazes de proporcionar legitimidade que ocorre segundo ALMEIDA (2015, p. 25):

“(…) através do enquadramento das ações organizacionais a normas e exigências sociais e enfatiza (1) a dependência ambiental da estrutura

organizacional, (2) a dimensão tanto política quanto cultural envolvida no processo, e (3) os efeitos dessa dependência na definição da natureza de organizações, sobretudo aquelas criadas em ambientes altamente institucionalizados. Assim, os ambientes são considerados como um grupo de elementos que fornecem crenças, as quais são entendidas como ‘mitos racionais’ e não são, portanto, vistos apenas como fonte de recursos e depósito de resultados das atividades organizacionais”.

Os diferentes tipos de organizações recebem as pressões do ambiente de forma diferenciada, em uma dada organização há a possibilidade da faceta técnica exercer maior pressão, isso ocorre de acordo com as características do campo institucional onde ela está localizada.

Segundo Raffaelli (2014, p. 33) “pode-se compreender o campo institucional como nível de análise intermediário ou como uma ordem local em que as atividades organizacionais são pautadas”. O campo institucional pode ser considerado então como um recorte do ambiente, o desafio passa a ser como delimitar o recorte e os limites desse campo.

Os percursos do uso do termo de campo institucional foram DiMaggio e Powell (1983, p. 148) que definem campo como “(...) aquelas organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares”.

Quando da formação de um campo organizacional, os atores que fazem parte desse ambiente se apresentam com características diferentes entre si, com o passar do tempo e as constates trocas e interações, estas podem apresentar certa tendência a

homogeneização, ou seja, uma é forçada a assemelhar-se a outras que enfrentam a mesma condição ambiental, esse processo é conhecido como isomorfismo. Para Caldas e Wood Júnior (1999) as práticas isomórficas explicam o fenômeno de estruturação das organizações a partir das exigências do ambiente, fazendo com que fiquem similares umas às outras. Para Almeida (2013, p. 27) essas áreas que se apresentam estruturadas:

“(…) propiciam a ocorrência desse fenômeno visto que as organizações procurarão lidar com as incertezas e restrições do ambiente de maneiras análogas, incorrendo na aproximação de suas estruturas, cultura e maneiras de atuação (...) estabelecem ainda três pressupostos para a realidade das organizações: (1) as características da organização são adequadas conforme uma crescente compatibilidade com as características ambientais; (2) o número de organizações em uma população é representado pela função da capacidade que possui o ambiente em abrigá-las, de modo a não se saturar; e, (3) a diversidade nas formas organizacionais é isomórfica à diversidade ambiental”.

Segundo Machado-da-Silva e Fonseca (2010), o isomorfismo pode ser visto como uma vantagem para as organizações já que ele facilita as transações interorganizacionais facilitando o funcionamento interno por meio da incorporação de regras aceitas no campo. O isomorfismo torna-se:

“(…) vantajoso para as organizações, pois facilita transações interorganizacionais e favorece o funcionamento interno pela incorporação de regras socialmente aceitas. O comportamento mimético não representa ser prejudicial às organizações constituindo uma motivação racional e que minimiza os custos de pesquisa de soluções viáveis e exitosas. Neste contexto, o

isomorfismo pode ser produtivo, uma vez que pode resultar em sistemas de rede organizações de economia solidária” (CARNEIRO, 2013, p. 82).

Ao se propor a avaliar a institucionalização do processo de inserção internacional das empresas do Mercado Comum do Sul (Mercosul) não se espera que os países consignatários apresente um alto nível de institucionalização, as características de cada país membro deve ser levada em consideração “o avanço da institucionalização, portanto, não é inevitável nem ocorre de forma linear” (BOTELHO, 2014; p. 233), para tanto, no próximo item pretende-se abordar sem maiores pretensões sobre países latino-americanos que

### **Relações internacionais e terceirização da pauta para elites**

A região da América Latina sempre sofreu grande disputadas por ser considerada área de influência, primeira quando colônias dos países europeus, e em um segundo momento como região de influência estadunidense. Os recursos de poder existentes nessa região sempre despertaram a cobiça de outros países, sendo assim, a forma como essa região se apresenta ao restante do mundo é quase que um auto declaração de independência e soberania regional. Essa região ser reconhecida como América Latina permite carregar no nome pluralidades e contradições, riqueza de histórias e culturas que colaboraram para a formação desse mosaico social cultural que compõem essa região do planeta. Esse trabalho de resignificar essa região passa pela adoção do termo que mais se aproxima de sua realidade:

América Latina continua em busca de uma visão de si mesma, algum significado essencial. Conforme tem ocorrido em várias épocas da sua história, outra vez ela se defronta com mais interrogações do

que respostas, mais inquietações do que perspectivas. Pode ser vista como um continente, vasto arquipélago de nações diferentes e estranhas entre si, buscando a integração e vivendo a fragmentação, parecendo vertebrado e invertebrado. Mobiliza experiências e memórias, façanhas e derrotas, heróis e santos, monumentos e ruínas, em busca de alguma visão de si mesmo, significado essencial, conceito. (...) A despeito dos diferentes nomes que tem recebido, ou ostente, continua parecendo volátil atravessadas por situações e acontecimentos que não cabem neste ou naquele conceito. (PALICER, 2015; apud Ianni, 2000; p. 2-6).

Sendo parte de América Latina, região de enormes particularidades, fez com que o Brasil apresentasse uma política externa de acordo com as conveniências históricas do momento, porém, é claro e evidente que as elites, independente da época analisada, sempre nortearam as relações internacionais brasileiras.

A integração nacional das nações da América Latina é prejudicada pelas elites que nela habitam, esses interesses particulares das camadas privilegiadas eram tratados facilmente como interesses supremos da nação. A América Latina padece de dois problemas, o primeiro é a nova forma de poder imperialista representada pelos Estados Unidos e a segunda é como enfrentar esse imperialismo representado pelas grandes corporações com as debilidades econômicas e sociais que os países latinos americanos dispõem (FERNANDES, 1975; p. 20).

A busca por uma pauta desenvolvimentista nas relações internacionais, dotou os formuladores das políticas externas brasileiras de falso “interesse nacional” que atendia somente os interesses da elite dominante de cada período histórico. O binômio política externa e desenvolvimento:

(...) para além daquilo que possa ser denominado como “interesse nacional”, regularmente se projeta interesses específicos de grupos privados (por exemplo, empresários de um determinado setor de serviços) e de frações de classes sociais (por exemplo, setores da burguesia industrial, podendo ser os operários das montadoras de automóveis) que, quando organizados, almejam contrapartidas diferenciadas em relação ao modelo de desenvolvimento e a inserção internacional do país. Àqueles grupos ou frações de classe não organizados em relação aos seus interesses, de uma forma ou outra, também serão impactados pelas políticas em curso, porém, sujeitos a maior vulnerabilidade em relação aos resultados negativos ou perdas. (MATHIAS, 2014; p. 97).

A definição de quais mercados o Brasil deve priorizar é uma clara demonstração de como delegar as elites a formulação da política internacional pode prejudicar o próprio país. Um novo recolonialismo como apresentado por FERNANDES (1975), aceito pelas elites econômicas, políticas e culturais surge como única alternativa para enfrentar a subversão, para lutar contra a corrupção e para evitar o comunismo. Os Estados Unidos surgem então como maior interessado desse posicionamento elitista do Brasil nas relações internacionais:

As estratégias brasileiras de desenvolvimento, de redução de disparidades sociais, de eliminação das vulnerabilidades externas e de ação internacional são profundamente influenciadas pela política externa americana devido ao fato definitivo de estar o Brasil na mesma área geográfica que os Estados Unidos e ao fato circunstancial de ter sido o Brasil colocado, por decisões políticas e econômicas de governos efêmeros, cada vez mais na área de influência dos Estados Unidos

(GUIMARÃES, 2001; p. 15).

A estratégia norte americana atua buscando influenciar elites para que essas possam ajudar na formulação de política externa favorável aos interesses norte-americanos. Essa estratégia encontrou resistência a partir de 2003 com o governo do Presidente Lula, onde houve um deslocamento do eixo:

A partir de 2003, sem promover uma ruptura com o modelo econômico, com a linha nacionalista alteram-se as estratégias para o desenvolvimento e, de certo modo, os princípios da política externa independente (anos 60) voltam a influenciar os rumos da política exterior do Brasil. De Collor a Lula o pêndulo das mudanças aponta para a alteração do eixo norte-sul para as relações sul-sul no estabelecimento de prioridades na agenda internacional do Brasil (MATHIAS, 2002; p. 173).

O foco nas relações sul-sul busca não só uma relação equilibrada com os países dessa região, em se tratando de América Latina busca-se apenas cumprir o que está descrito no parágrafo único do artigo 4º da Constituição Federal de 1988 “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

## **Considerações**

O desenvolvimento de uma política de relações internacionais por um Estado tem como complicador todas as questões nacionais que envolvem a formação do próprio Estado. A escolha de uma forma de se posicionar, de como exercer e demonstrar sua soberania, e de como se utilizar do seu poder político deve ser pensada visando projetar uma imagem de nação soberana, porém, consciente de seu papel no campo internacional. O estudo dos processos de tomada de decisão pelos países Latino Americanos se

faz necessário, quando mais estudos a respeito, melhores são as condições de se despertar uma consciência ativa nas relações internacionais. A teoria institucional pode balizar esses estudos, com ela é possível estabelecer padrões e comparar as diferentes atuações dos países da América Latina no campo das relações internacionais.

Com tamanha importância a definição da política internacional não pode ser delegada a atender interesses de uma elite entreguista, manipulado e *yankee*. A tradição colonial de subserviência deve ser rompida, o Brasil e demais países da América Latina devem buscar o protagonismo que lhe é de direito, somente assim se atingirá um desenvolvimento pleno com distribuição de renda, melhora nos indicadores sociais, e principalmente respeito a cultura do povo Latino Americano.

A predileção pelo eixo sul-sul nas relações internacionais após o ano de 2003 fez do Brasil o país mais atuante nas relações internacionais da América Latina, mesmo com a ascensão de uma presidente alinhada ao governo Lula, a política internacional foi deixada de lado, porém não houve um trágico rompimento, apenas ocorreu um esfriamento nas relações. Com o golpe parlamentar consolidado em meados de 2016, onde políticas neoliberais voltaram a ser adotadas, e a busca de um alinhamento com os Estados Unidos por parte do governo golpista, os benefícios até então alcançados correm risco, o Brasil passa a ser coadjuvante de sua própria história, algo infelizmente percebido nos demais países da América Latina.

“O dilema latino americano nasce da mais profunda necessidade histórica e social de autonomia e equidade (...) Se os setores sociais dominantes e as elites no poder realmente desejam um desenvolvimento gradual e seguro, e se forem capazes de obter apoio popular, suas probabilidades de êxito depende de um forte

nacionalismo revolucionário (...) A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical de orientação socialista” (FERNANDES, 1975; p. 31).

## Referências

- BARTOTO, Artur César, et al. **Comércio Exterior: teoria e gestão**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BOFF, M. L. BEUREN, I. M.; GUERREIRO, R. **Institucionalização de hábitos e rotinas da Controladoria em Empresas do Estado de Santa Catarina**. O&S, v. 15, n. 46, julho/setembro, 2008.
- BOTELHO, João Carlos Amoroso. **A Institucionalização de Blocos de Integração: Uma Proposta de Critérios de Medição**. pp. 229-259. In Contexto Internacional, vol. 36, n°1, janeiro/junho 2014.
- BULL, Heddley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CARR, Edward Hallett, **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CARNEIRO, Leandro Marcondes (2013). **A institucionalização de práticas de controle em empreendimentos de economia social e solidária**. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Inserção internacional do Brasil. Economia e Sociedade**, Campinas, (17): 1-31, dez. 2001.
- HODGSON, G. M. **What is the essence of institutional economics? Journal Economic Issues**, v. 34, n. 2, p. 317-29, 2000.
- HOLANDA, L. A. **Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo no Recife-PE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- MATHIAS, Meire. **Inserção internacional: três temas na agenda brasileira**. São Paulo em perspectiva, p. 27-35, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O desenvolvimento sob**



**impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990.** *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul./Dez., 2012

\_\_\_\_\_. **Inserção Internacional do Brasil Contemporâneo: o Pêndulo das Mudanças.** *Aurora*, Marília, v. 6, n. 1, p. 161-174, Jul.-Dez., 2012

MORGENTHAU, Hans. **A política entre nações.** *Brasília*: Editora Universidade de Brasília, 2003.

PALICER, Raony. **A Terra e os Nomes: sentidos e demarcações da América Latina e do Caribe.** VII Congresso Internacional de História, 2015. Universidade Estadual de Maringá.

RAFFAELLI, S.C.D. (2014). **Contabilidade como estratégia discursiva de legitimação frente às mudanças institucionais: análise de uma empresa da indústria do tabaco.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-

Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

SOUZA, Luciane Regina Braçaroto de. **A Institucionalização do CPC PME nas empresas contábeis e sua utilidade para as empresas.** 2015. 154f. Dissertação

(Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2015.

TOLBERT, P. S., ZUCKER, L. G. **Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reforms, 1880-1935.** *Administrative Science Quarterly*, v. 28, p. 22-39, 1983.

\_\_\_\_\_. **A institucionalização da teoria institucional.** In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais.* São Paulo: Atlas, 1999. V. 1, cap. 6, p. 126-219.